

AS RUAS PENSAM, TÊM IDÉIAS, FILOSOFIA E RELIGIÃO.Carolina P. FEDATTO¹

RESUMO: Este artigo traz uma reflexão inicial a respeito do papel do espaço urbano na circulação de saberes sobre a língua nacional. Enquanto parte de um projeto de doutorado, meu objetivo é analisar a história de três construções urbanas de referência no espaço nacional brasileiro buscando compreender suas relações com a história da construção da língua nacional.

Palavras-chave: Linguagem; Ciência; Saber; Cidade.

RESUME: Cet article pose une réflexion initiale à propos du rôle de l'espace urbain à la circulation de savoirs sur la langue nationale. En tant que part d'un projet de doctorat, mon objectif est d'analyser l'histoire de trois constructions urbaines de référence à l'espace national brésilien en cherchant de comprendre ses rapports avec l'histoire de la construction de la langue nationale.

Mots-clés: Langage; Science; Savoir; Ville.

De João do Rio empresto a intrigante afirmação que nomeia este artigo onde busco refletir sobre a legitimação e o deslocamento de saberes científico-filosóficos na estrutura urbana (em suas ruas e construções), sobretudo no que diz respeito à linguagem. Ao promover uma inversão no modo de pensar o fazer científico, isto é, ao partir de seus reflexos no cotidiano investigando aí os traços de sua institucionalização, esse texto traz uma reflexão inicial sobre a consolidação de determinados saberes através da instituição de pontos de referência nas cidades. O imaginário de localização que as referências urbanas constroem é paralelo à aparente estabilidade da língua nacional. Esses dois fenômenos são parte do mesmo fato político: a interpelação, pelo Estado, do sujeito em cidadão (Orlandi, 2001, p. 104), em um indivíduo que deve saber por onde anda, ter certeza da língua que fala e conhecer suas origens e tradições. Tendo o espaço urbano e sua história como lugar de observação, buscarei compreender como se funda essa estabilidade e a quais sentidos ela se filia tanto nos estudos da linguagem quanto nos trajetos da cidade.

Em seu extenso trabalho sobre a história das idéias lingüísticas, Auroux (1989) mostra a forte ligação entre a história da urbanização e a construção do conhecimento sobre a língua. O autor defende a tese de que houve duas revoluções científicas responsáveis por profundas alterações na história da humanidade. A primeira delas foi a invenção da escrita, que data do ano 3.000 a.C. (na cidade de Uruk, antiga Suméria) e se

¹ Doutoranda em Lingüística IEL/Unicamp.

deve às injunções político-administrativas que as grandes cidades antigas impunham por conta do adensamento populacional, da complexidade das relações trabalhistas e contábeis e da construção de uma arquitetura monumental (como templos e palácios). A segunda grande revolução tecnológica se deu no Renascimento com a retomada massiva da tradição gramatical greco-latina tendo em vista a gramatização das línguas européias e também, a partir desse mesmo modelo, das línguas ameríndias. A intensa produção de gramáticas nesse período foi movida por fatores como a urbanização associada à formação dos Estados nacionais; o desenvolvimento do capitalismo mercantil; a demanda pelo acesso à cultura letrada da nova classe burguesa e a formação de cidades nos novos territórios conquistados pelos europeus. Tanto a escrita quanto os conhecimentos metalingüísticos dela decorrentes, gramática e dicionário, são tecnologias urbanas que constroem a cidade como lugar de civilização e escolarização, lugar de uma língua ideal: urbana e nacional.

Importante também ressaltar que a construção de representações metalingüísticas é um processo de *objetivação da alteridade*, processo considerado por Aurox (1992) como fundamental para o desenvolvimento das ciências da linguagem. Assumindo a idéia de que a alteridade é determinante na constituição do saber, proponho pensar sobre o papel dos pontos de referência citadinos na consolidação de imaginários científicos ao longo da história do espaço no Brasil. Isto é, como o espaço urbano brasileiro acolhe os saberes sobre a língua(gem), fazendo com que o institucional circule (e signifique) no cotidiano. A textualização dessa história na cidade vai produzindo uma *ambiência* talhada pelo trabalho da memória, um *lugar encarnado* que tanto habita o corpo dos sujeitos e dos sentidos quanto se deixa habitar por eles (cf. Thibaud, 2002). A disputa entre os acontecimentos que ficarão marcados na cidade absorve determinados sentidos e também deixa brechas para a irrupção de imprevistos. M. Pêcheux (1982) salienta a importância de abordarmos “as condições nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (p. 49). Podemos, assim, problematizar isso que é habitualmente dado como evidência e olhar para as construções urbanas como artefatos simbólicos e políticos que, pela *sobre-posição* de determinados saberes no espaço, intervêm no modo como a cidade projeta posições-sujeito para seus habitantes.

Este trabalho toma uma posição frente às formas de pensar a história das ciências da linguagem: buscamos dar visibilidade para as condições que tornam possíveis um *saber (sobre)* a língua que não é indiferente a um *saber (sobre)* a cidade, ou seja, consideramos

que a institucionalização de uma determinada relação com a língua é parte do modo como ela é espacializada no cotidiano da cidade. A questão da concentração (de pessoas, de espaços, de modos de vida) e a necessidade de gerir essa quantidade são fatores fundamentais para o surgimento da idéia de língua nacional com seu efeito de unidade que desliza também para as formas-sujeito. Ao pensar sobre a história dos pontos de referência citadinos nos perguntamos sobre o processo de produção de referências nacionais e sobre a projeção dos saberes constituídos pelos instrumentos lingüísticos no cotidiano urbano e na própria língua falada pelos sujeitos, que, assim, são impelidos para a posição de cidadãos.

De nosso ponto de vista, a partir das reflexões de Orlandi (2001), trabalhamos a cidade enquanto *texto*, espaço simbólico-político atravessado pelo efeito imaginário de completude. Consideramos que as textualizações urbanas inauguram histórias, recortam significações, produzem saberes que colocam a cidade como parte da relação com o simbólico, enquanto meio material das relações sociais que inscrevem uma determinada memória da língua na história. É a partir de um modo de vida urbano que temos bibliotecas, escolas, igrejas e seus nomes, formatos, regras...

O objetivo específico de minha tese é compreender o funcionamento da textualidade urbana através da circulação de pontos de referência importantes para a consolidação de uma unidade nacional brasileira. Que saber é esse que está nas ruas? A localização das construções, os nomes das ruas, as reformas de prédios, os atos e discursos de inauguração e re-inauguração serão pontos de entrada analíticos para discutirmos o modo como determinados saberes se institucionalizam no ordinário do sentido. Quais são esses percursos? Como o sujeito fica significado por eles? Qual a relação entre a constituição de um *saber – sobre – a língua* e sua circulação num espaço atravessado por um *saber – sobre – a cidade*? É a textualização do nacional que está em jogo nessas relações. O material de análise a partir do qual buscaremos responder às questões colocadas é composto por documentos, relatos, reportagens, cartões-postais, gravuras e fotografias de construções urbanas brasileiras de diferentes épocas e localizações que se tornaram importantes referências no processo de construção da nacionalidade: Igreja de São Francisco (Salvador – BA); Colégio Culto à Ciência (Campinas – SP) e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro – RJ).

As Igrejas da 1ª e 3ª Ordem de São Francisco na cidade de Salvador – BA, construídas entre os séculos XVII e XVIII, consolidam/inauguram uma relação dos franciscanos com o Brasil; história essa iniciada já na chegada dos portugueses, com a

celebração da Primeira Missa pelo frade franciscano Henrique Soares. Essas duas igrejas se configuram como lugares de observação importantes da relação da (I)greja com a colonização do Brasil: sabemos que missionários católicos – sobretudo os jesuítas e os franciscanos (com suas várias denominações: observantes, conventuais, capuchinhos) – desenvolveram um trabalho catequizador consistente e ininterrupto durante todo o período colonial, principalmente nas regiões de fronteira e próximo aos núcleos urbanos iniciais (cf. Jabotão, 1858). As ordens franciscanas tiveram uma importante participação no projeto colonial oficial, em específico no que diz respeito ao domínio dos povos indígenas: os capuchos eram engajados nas missões de catequização dos gentios e os irmãos terceiros estavam ao lado das tropas oficiais, matando e prendendo índios rebeldes (cf. Casimiro, 2000). Atualmente, elas chamam a atenção pela riqueza artística e arquitetônica que fazem de seus prédios pontos de referência. Apresentando para a rua fachadas esculpidas na pedra que levam a um interior ornado em estilo barroco com uma talha de madeira revestida de ouro: pontos de quais referências? Essas mesmas fachadas enquadram diferentes situações do cotidiano: crianças de rua dormindo, autoridades eclesiásticas chegando, Jorge Amado passando, etc.: diversas significações para o modo como a praça e as ruas estão atravessadas pela denominação *Centro Histórico*. Essas construções projetam saberes (arquitetônicos, urbanos, artísticos) que, enquanto nação, o Brasil empresta, incorpora, encarna, apropria de uma rede de saberes vinda de discursos outros – europeus, colonizadores, catequizadores... O que é que se preserva?

Pensando mais especificamente na consolidação da língua portuguesa como língua nacional do Brasil, analisarei também a história do Colégio Culto à Ciência de Campinas pensando-o enquanto espaço fundamental no processo de apropriação brasileiro do saber a língua e do saber sobre a língua portuguesa. A filiação naturalista da *Gramática* de Júlio Ribeiro produz uma cisão com a tradição de descrição gramatical portuguesa, assim como a incisão de uma arquitetura neoclássica francesa na paisagem brasileira ressignifica o espaço urbano; fazendo, por exemplo, chegar um bonde com estudantes até a Rua do Colégio (não mais a Rua Alegre, localizada na periferia da cidade, freqüentada por prostitutas, etc.). Atualmente, pela intervenção do Colégio, a rua é designada como Rua Culta à Ciência, em que um sintagma filiado a interesses positivistas é transportado para a textualização da cidade.

Num outro espaço-tempo brasileiro temos o prédio da Biblioteca Nacional, situado na cidade do Rio de Janeiro. Recontar as origens de *nossa* biblioteca é também refletir sobre o sentido de nacional que está significado aí. O início do acervo da Biblioteca, que é

designada como Nacional, é a antiga livraria de D. José organizada para substituir a Livraria Real que foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto em Lisboa no ano de 1755². A Real Biblioteca foi instalada no Brasil com a vinda da Família Real em 1808. O prédio atual da Fundação Biblioteca Nacional teve sua pedra fundamental lançada em 1905 e foi inaugurado cinco anos depois, em 1910. Integrado à arquitetura da recém-aberta Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, o prédio é de estilo eclético, em que se misturam elementos neoclássicos. A partir daí, temos um imaginário de independência sendo construído *com* esses incidentes que vão revelando o modo como o Brasil constrói suas noções de cultura, tradição, erudição; fazendo circular outras (brasileiras) referências pela cidade.

Ao pesquisar a história dessas instituições desde sua fundação até os dias atuais, deparei-me ainda com outra instituição: a do arquivo histórico. Tal como proposto por Guillaumou e Maldidier (1986), consideramos que o funcionamento do arquivo é opaco e não o reflexo passivo de uma realidade institucional. O arquivo, tomado enquanto uma leitura da história, tem materialidade e memória, sendo que o funcionamento da linguagem é trabalhado nos múltiplos dispositivos textuais disponíveis buscando por aquilo que “instala o social no interior do [gesto] político” de enunciar arquivando (op. cit. p. 164). O político é aí entendido como marca da disputa entre os sentidos que concorrem na construção do arquivo. Os documentos arquivados sobre um determinado tema não são fonte, como teorizam os historiadores. São enunciações determinadas pelo político, isso significa que o confronto e a contradição são parte da natureza do arquivo. Não podemos deixar de considerar essa contradição também no processo de constituição do *corpus*; dessa forma, “aquilo que poderia aparecer como um desvio [outras formas de enunciar o ‘mesmo’] se confunde com o próprio procedimento [de arquivar] e impõe o encontro da língua” (Guillaumou e Maldidier, 1986, p. 181), colocando as formas lingüísticas em relação com as condições de sua produção.

Sabemos que em todo processo de dominação está inscrita a possibilidade da resistência (cf. Pêcheux, 1997, p. 304 e 1980, p. 16-17). Por isso, buscaremos ao longo da pesquisa mostrar como se dá a relação dominação/resistência na instauração de espaços de referência nacionais. Dar visibilidade a diferentes formas de significar o conhecimento implica discutir o trabalho com o arquivo – memória que não esquece – na relação com o interdiscurso – memória discursiva que se estrutura pelo esquecimento (Orlandi, 1996,

² Interessante é que o interior do convento da 3ª Ordem de S. Francisco na Bahia é ornado com um painel de azulejos que retrata cenas urbanas da cidade de Lisboa antes do terremoto.

pág. 67). O arquivo é uma *leitura da história*, uma interpretação possível em meio a outras. Mas, quotidianamente, a memória que não esquece, esquece *estar* uma formulação em lugar de outras. Uma história das idéias deve compreender esse processo de filiação a determinados sentidos explicitando seu funcionamento consensual.

REFERENCIAS

AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques**. La naissance des métalangages en Orient et en Occident. Tomo 1. Lièges / Bruxelas: Mardaga, 1989.

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CASIMIRO, A. P. (2000) A estética dos irmãos terceiros franciscanos da Bahia colonial. In: Flexor, M. H. (org.) **A Arte no mundo português dos séculos XVI ao XIX: confrontos, permanências, mutações**. Atas do IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Salvador 2000.

JABOATÃO, A. (1761) **Novo Orbe Seráfico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil**. v. I e II, Rio de Janeiro: IHGB, 1858.

GUILLAUMOU, J. e MALDIDIER, D. (1986) Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da História. In: Orlandi, E. (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, E. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, ed. 1997.

PÊCHEUX, M. (1980) Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos n.º. 19**. Campinas: IEL/Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. (1982) Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

THIBAUD, J-P. (2002) L'horizon des ambiances urbaines. **Revue Communications n.º 73**, Paris: EHESS, 2002, p. 185 – 201.